

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

CPDOC

TEXTOS CPDOC

**Entre a insurreição e a institucionalização
Lauro Sodré e a República carioca**

Américo Freire

Texto Cpdoc nº 26
(1997)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Fundação Getúlio Vargas

Praia de Botafogo, 190 - sala 1117 - Rio de Janeiro - Cep 22253-900 - Telefone (021) 536-9303 Fax (021) 551-2649

Email: CPDOC@FGVRJ.BR

CPDOC
386
F

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

CPDOC

**Entre a insurreição e a institucionalização
Lauro Sodré e a República carioca**

Américo Freire

Texto Cpdoc nº 26
(1997)



CI-00002417-5

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CPDGC

15530/97
(7/01/97)

Américo Freire

**Entre a insurreição e a institucionalização:
Lauro Sodré e a República carioca**

1997

Entre a insurreição e a institucionalização: Lauro Sodré e a República carioca

Não poucas vezes, um trabalho científico se inicia em razão de alguma curiosidade específica (ou mesmo mania) do pesquisador. Este texto, devo confessar, tem certamente este vício de origem. Como estudioso que sou da arena política carioca na Primeira República, pelos menos duas questões me chamavam a atenção em relação ao personagem-título deste trabalho, a saber: como um político republicano paraense, em uma campanha meteórica de uma semana, conseguiu eleger-se senador pela capital nas eleições federais de 1903, rompendo o bloqueio dos principais grupos políticos cariocas? E ainda, como estes mesmos grupos conviveram com as proposições insurrecionais de Lauro Sodré?

Para algum leitor desavisado, ou esquecido, não nos custa assinalar (ou relembrar) que Lauro Sodré foi uma das principais referências políticas do radicalismo republicano durante as primeiras décadas do novo regime. Durante a segunda metade da década de 1890, Sodré tornou-se um membro destacado do florianismo, combatendo com unhas e dentes os governos Prudente de Moraes e Campos Sales. Sem espaço político em seu estado, centrou praça na capital federal onde elegeu-se senador nas eleições federais de 1903, com base no apoio da juventude militar e de parte da imprensa oposicionista. Durante os anos de senatoria carioca (1903-1912), Sodré trabalhou no sentido de aglutinar diferentes tendências políticas em torno de uma proposta golpista. Naquele mesmo momento, no entanto, os principais grupos políticos cariocas estavam exatamente em direção contrária, buscando legitimar-se frente ao poder central que, anos antes, com Campos Sales, havia empreendido uma dura intervenção no campo político da capital federal. O acompanhamento e análise das relações entre estes dois projetos será o foco central deste trabalho.

Este texto está dividido em duas partes. Na primeira apresentarei brevemente a trajetória política de Sodré e analisarei algumas de suas mais significativas concepções políticas em seu viés positivista. Ainda nessa seção, começarei a expor alguns elementos centrais do campo político carioca no período que antecede as eleições federais de 1903, um dos marcos temporais deste trabalho. Na segunda examinarei a eleição e a inserção de nosso personagem na política carioca. Sua liderança na Revolta da Vacina, a prisão e o retorno à vida política serão vistos nesta seção. Finalmente, serão examinados os últimos anos de seu mandato e o retorno à política paraense.

Uma palavra em relação às fontes. Como não tivemos condições de consultar arquivos privados, utilizamos preferencialmente em nossa pesquisa a imprensa carioca e os anais do Senado Federal. Em razão de nossa abordagem muito mais voltada para análises conjunturais, demos maior ênfase à utilização de obras políticas clássicas relativas à Primeira República, como as de Dunschee de Abranches, especialmente *Como se faziam presidentes* (publicado originalmente em 1903), e Campo Sales, em seu livro-depoimento *Da propaganda à presidência* (1908). Em relação às proposições de Lauro Sodré, examinadas na primeira parte deste trabalho, optamos por concentrar nossa atenção em um pequeno livro denominado *Crenças e opiniões* (1896), em que o autor sintetiza as suas proposições políticas e doutrinárias logo após a saída da presidência do Pará. Os dados biográficos sobre o nosso personagem foram extraídos principalmente do livro de Emanuel de Almeida Sodré intitulado *Lauro Sodré na História da República* (1970).

Este trabalho tem também outros objetivos. Como o leitor certamente perceberá, trata-se de um estudo fundado na nova história política interessada, entre outras coisas, em examinar o papel dos protagonistas. Este tipo de abordagem, se não cair na fácil apologia do “grande personagem”, pode, a meu ver, se mostrar de grande eficácia quando se propõe a examinar determinados atores como lideranças que, por meio de suas formulações e de sua atuação, tornam-se importantes formuladores da cultura política de uma determinada sociedade. Em minha opinião, Lauro Sodré

representou bem uma importante faceta do radicalismo republicano, e como tal merece ser estudado.¹

Só que o personagem, como sabemos, não atua no vácuo. Segundo Bordieu, a trajetória de um determinado agente se define em função das diferentes posições que ocupa no campo de lutas concorrenciais em que se encontra inserido. Sodré moveu-se e formou sua identidade imerso em lutas no campo político brasileiro das primeiras décadas republicanas. Tomando por base estes referenciais, também nos interessa neste texto explorar o cruzamento entre aquela *conjuntura* constituidora do padrão político republicano, a *trajetória* de nosso personagem e a dinâmica do *campo político carioca* em que temporariamente se viu inserido.²

1. Personagem e cenário

1.1. Lauro Sodré protagonista

Lauro Nina Sodré e Silva nasceu no Pará no ano de 1858. Tanto seus avós como seu pai eram militares. Coursou a Escola Militar da Praia Vermelha (Rio de Janeiro) e tornou-se um discípulo dileto do professor e conspirador republicano Benjamin Constant.

Foi um dos divulgadores das idéias republicanas em seu estado natal (criou o Centro Republicano Paraense), e iniciou-se na carreira de “homem de letras” em 1886

¹ Sobre a nova história política, ver o livro-manifesto de RÉMOND, René (direction). *Pour une Histoire Politique*. Paris, Editions du Seuil, 1988. Ver ainda o levantamento de FERREIRA, Marieta de Moraes em “A nova ‘velha história’: o retorno da história política.” *Estudos Históricos*, vol.5, n.10, p. 265-271. Sobre o estudo biográfico e suas implicações, ver artigo de LEVILLAIN, Phillippe. “Les protagonistes”. RÉMOND, René (direction), *op. cit.*, p. 156-159. Ver ainda BORDIEU, Pierre. “L’illusion biographique.” *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62-63), 69-72, juin 1986.

² Sobre a noção de trajetória, ver BORDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 292-298. Sobre a noção de campo político, ver BORDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político.” *O poder simbólico*. Lisboa, Difel, 1990, p. 162-207.

por meio da publicação de um trabalho intitulado “Centenário do Marquês de Pombal. Homenagem da Mocidade Acadêmica.”

Com a proclamação da República, teve uma meteórica ascensão profissional e política. “O tenente Lauro Sodré, (...) que antes do 15 de novembro era auxiliar de ensino na Escola Superior de Guerra (ESG) foi, a 27 de novembro, nomeado lente substituto; a 7 de janeiro, promovido a capitão; a 17 de março, promovido a major, por merecimento; e, ainda no mesmo ano passou a lente catedrático da ESG.”³

Em 1890, iniciou sua trajetória como político, elegendo-se deputado constituinte federal pelo Pará. No ano seguinte, foi eleito presidente do Pará dando origem a uma importante corrente política naquele estado.

Ainda no primeiro ano de seu mandato, tornou-se o único presidente de estado a não compactuar com o golpe de estado desfechado em novembro de 1891 por Deodoro da Fonseca que dissolveu o legislativo e instituiu o estado de sítio. Sem apoio político-militar, Deodoro terminou por renunciar em nome do seu vice-presidente Floriano Peixoto que, em nenhum momento, havia apoiado o golpe. Por sua decisiva atuação no episódio, Sodré se transformaria em um dos principais interlocutores de Floriano Peixoto.

Teve ainda papel destacado no combate à Revolta da Armada (1893-94) que colocou grande parte da Marinha em oposição a Floriano Peixoto. Foi responsável pela organização da “Confederação Temporária do Norte” com o intuito de impedir quaisquer investidas dos rebeldes naquela região.

Pela sua importância no governo Floriano Peixoto, Sodré tornou-se em pouco tempo uma figura de projeção nacional. Seu nome chegou, inclusive, a ser lembrado pelo presidente para sucedê-lo, juntamente com os de Rangel Pestana e Afonso Pena.⁴

A política apaziguadora do presidente Prudente de Moraes (1894-98) e a conseqüente desmontagem dos núcleos de poder criados no governo anterior, foram

³. CASTRO, Celso. *Benjamin Constant e a “mocidade militar”*: um estudo sobre liderança. Rio de Janeiro. PPGAS/Museu Nacional. 1991. Castro utilizou dados de SODRÉ, Emanuel. *Lauro Sodré na História da República*. Ed. do autor. 1970.

⁴. Ver QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo. Brasiliense. 1986. p. 26.

violentamente rechaçados por diversos setores políticos civis e militares, especialmente na capital da República. A morte de Floriano Peixoto, em 1895, serviu de senha para o avanço do movimento jacobino que cresceria em torno da memória do seu líder, entronizado como *salvador da República*.⁵

No ano de 1897, em meio ao agravamento da crise política, Sodré retornou à capital federal como senador eleito pelo seu estado natal. Em julho daquele mesmo ano, à beira do túmulo de Floriano Peixoto, desferiu um violento discurso contra o governo e em defesa do jacobinismo. Em seu pronunciamento acusou Prudente de “entregar-se de mão atadas aos monarquistas. Eram estes que viviam envenenando o ambiente político com referências desairosas aos jacobinos e ao terror que espalhavam mas esqueciam de que o Jacobinismo e o Terror salvaram a França.”⁶

No Congresso Nacional pregou insistentemente o direito à insurreição em conjunto com outros parlamentares jacobinos, como o também militar e político dissidente Barbosa Lima.⁷

Naquele mesmo momento, a crise atingia níveis insuportáveis. O episódio Seabra representou uma verdadeira declaração de guerra entre Francisco Glicério e Prudente de Moraes.⁸ O Partido Republicano Federalista (PRF) se esfacelava e Prudente articulava a candidatura do paulista Campos Sales. Em outubro, a facção glicerista do PRF, dividida entre os nomes de Sodré, Quintino Bocaiúva e Júlio de Castilhos, escolheu Sodré como candidato dissidente à presidência da República. Em

⁵. Sobre o jacobinismo o melhor estudo, a meu ver, ainda é a obra acima citada de Sueli Robles Reis de Queiroz. Especificamente sobre o mito Floriano Peixoto ver SIMAS, Luis Antônio. *O evangelho segundo os jacobinos. Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994 (Dissertação de Mestrado).

⁶. *O Estado de São Paulo*, 2/7/1897. apud QUEIROZ, Sueli R.R. *op. cit.* p. 36.

⁷. QUEIROZ, Sueli R.R. *op. cit.* p. 76.

⁸. O episódio Seabra ou também chamado “Moção Seabra” foi o estopim da crise parlamentar que terminou por enfraquecer a liderança de Francisco Glicério na Câmara dos Deputados. No dia 27 de maio de 1897, um dia após o frustrado levante da Escola Militar do Rio, o deputado federal J.J. Seabra apresentou à Câmara uma moção de apoio ao presidente Prudente de Moraes. A proposta colocava Glicério em sua situação delicada frente aos seus aliados nos meios militares. Para demonstrar o seu poder naquela casa congressual, Glicério foi contra a proposta e a Câmara acompanhou o seu voto. Dias depois, Prudente de Moraes deixa a entender por meio da imprensa que Glicério não mais representava o governo na Câmara. O impacto da notícia enfraqueceu a posição de Glicério que logo depois perderia a eleição para a presidência da Câmara dos Deputados para o prudentista Artur Rios. Ver maiores detalhes da manobra política em BELLO, José Maria, *História da República*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969, p. 150-151. Ver também em QUEIROZ, Sueli R.R. *op. cit.* p. 53-58.

pouco tempo, os partidários de Castilhos e Bocaiúva afastaram-se da candidatura dissidente e promoveram movimentos de aproximação à candidatura oficial.

O atentado a Prudente de Moraes, em novembro de 1897, paradoxalmente representaria um norte para a solução da crise política. O jacobinismo sofreria um golpe de morte e a candidatura dissidente se esvaziaria ainda mais. Diversos políticos importantes foram acusados de envolvimento no episódio, inclusive o vice-presidente Manuel Vitorino. Apesar das nítidas posições de Sodré, o senador paraense não seria responsabilizado pelo crime.⁹

Bem que Sodré ainda tentou alcançar o consenso entre as hostes oposicionistas mas seus esforços não surtiram efeito.¹⁰ Em março de 1898, Campos Sales foi eleito com folga para um mandato presidencial até 1902.

Era o início de um período difícil em termos políticos para Sodré. No Pará, seus ex-aliados se aproximaram de Campos Sales e trataram de rapidamente alijar do poder o grupo “laurista”. A chefia política do estado ficaria nas mãos de Augusto Montenegro, inimigo declarado de Sodré e homem de confiança do governo federal.¹¹ Com estas manobras Campos Sales isolava aquele que denominava pejorativamente de “tenente do provisório”.¹²

Apesar da sua “política dos estados”, Sales foi obrigado a enfrentar setores oposicionistas liderados seja pelo vice-presidente Rosa e Silva, seja pelo ex-presidente

⁹. Ver o acompanhamento do processo e os envolvidos em QUEIROZ, Suely R.R. *op. cit.* p. 63-76. Sobre a crise de 1897, ver o clássico de ABRANCHES, Dunshee de. *Como se faziam presidentes*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

¹⁰. Um documento interessante sobre a posição de Sodré na sucessão presidencial é a carta por ele enviada a Glicério defendendo a necessidade da oposição rumar unida para o confronto. Ver ABRANCHES, D. *op. cit.* p. 92-94. Outro documento significativo sobre a eleição presidencial de 1898, trata-se do manifesto de apoio à candidatura Sodré escrito por Manuel Vitorino. Nele, estão contidas as linhas gerais das propostas que aglutinavam grande parte dos setores oposicionistas. Foram elas: a defesa da Constituição de 1891, a “honra republicana”, a luta contra a tutela presidencial, a defesa da estabilização econômica, e o lema “governar a República pela República.” Ver documento em ABRANCHES, D. *op. cit.* p. 113-123.

¹¹. Sobre a política paraense no período, ver SODRÉ, Emanuel. *op. cit.* e ABRANCHES, D. *op. cit.* Augusto Montenegro foi o deputado federal responsável pela emenda no regimento da Câmara que abriu caminho para a “política dos governadores” de Campos Sales. Sobre o tema, ver também LACOMBE, Américo J. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986. p. 392.

¹². ABRANCHES, D. *op. cit.* p. 217.

Prudente de Moraes.¹³ Sodré, por sua vez, manteve-se em faixa própria no campo oposicionista, aproximando-se especialmente do ex-vice presidente Manuel Vitorino, um dos principais redatores de um novo diário na capital federal: o *Correio da Manhã*. Em pouco tempo, o jornal se tornaria porta-voz de uma oposição mais aguerrida ao governo federal, reunindo grupos políticos dissidentes de diversos estados ao mesmo tempo em que abria grandes espaços à elite militar.

Uma nova corrente de opinião assim estava sendo gestada quando ocorreram as eleições para a renovação do Congresso Nacional no ano de 1903. Como a situação paraense não sofrera qualquer modificação, tornava-se muito difícil a reeleição de Sodré para o cargo de senador pelo seu estado natal. Foi, portanto, a partir desse momento que o diretor do *Correio da Manhã*, Edmundo Bittencourt, lançou a candidatura de Lauro Sodré ao senado pelo Distrito Federal, combatendo os nomes de Domingos Figueira (monarquista) e Lopes Trovão (antigo político carioca, ligado ao grupo predominante na cidade). Em apenas uma semana, Sodré obteria uma vitória consagradora nas urnas.

Mas a história desta campanha e a trajetória carioca de Sodré, deixarei para examinar na segunda parte deste trabalho. Para finalizar este breve perfil de Sodré, tratemos agora de verificar algumas de suas principais concepções doutrinárias e políticas.

1.2. Positivismo e política

Em 1896, ao deixar o governo paraense, Sodré publicou o opúsculo *Crenças e opiniões*. Seus principais objetivos ao publicar aquela obra foram reafirmar sua

¹³. Sobre a oposição no governo de Campos Sales, ver CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília. UnB. 1983. p.165-171.

profissão de fé na doutrina positivista e responder às críticas da oposição paraense que o acusava de ateu e de tentar impor uma tirania republicana.

Logo no prefácio da obra, Sodré afirma que a filosofia positivista “é um sistema onde o pensamento não encontra peias, antes descobre asas para alar-se às mais altas regiões do saber, devassando os largos horizontes do desconhecido.”¹⁴ Para ele, a obra de Comte não deve ser vista como um grilhão. O recado aqui é direto, tanto aos críticos que o encarnavam como um positivista fanático, quanto aos discípulos de Comte que se integraram às concepções político-religiosas da doutrina.

Sodré segue Emile Faguet que proclama Comte como “le roi de la pensée du XIX siècle”, e assinala que mesmo os adversários do comtismo reconhecem sua importância.¹⁵ Assinala, porém, que não era e nunca havia sido positivista ortodoxo. Diz-se não sectário da religião da Humanidade: “O positivismo é para mim alguma coisa que vale como religião, tal qual a definiu Comte, mesmo despreendido desse ritual e de todo esse formalismo, que eu não adoto.”¹⁶

Para o autor, o positivismo define-se como a sistematização das crenças espontâneas e tendências naturais dos nossos tempos. “É a plena realização do bom senso”.¹⁷ Os limites de sua concepção de positivismo foram definidos por Littré quando afirma: “Para nós, para quem a fonte do milagre já foi estancada, para nós que nos sentimos intimamente ligados áqueles dos quais descendemos, e aos que hão de ser nossos descendentes; para nós que temos fé no melhoramento crescente da sociedade, e queremos que tudo concorra para este fim supremo: para nós a humanidade é o ideal em quem e por quem vivemos, que se mergulha na imensidade do passado e do porvir, que domina o globo terrestre, acumula e transmite os tesouros do saber e da moral, esclarecendo e aperfeiçoando, por uma herança eterna, as gerações que vão se sucedendo.”¹⁸

¹⁴. SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Belém. Typ. do Diário Oficial. 1896. p.I.

¹⁵. *idem, ibidem*. p. II a IX.

¹⁶. *idem, ibidem*. p.X.

¹⁷. *idem, ibidem*. p.XI.

¹⁸. *idem, ibidem*. p.XII.

Sodré defende uma religião positiva que tem por dogmas as leis da ciência e cujo “culto espontaneamente celebram todos os povos civilizados, realizando as grandes comemorações cívicas, por meio dos quais o sentimento se aperfeiçoa e se exalta.”¹⁹

Fixados os termos da sua filiação à corrente científico-filosófica do positivismo, Sodré passa a desferir algumas críticas em relação à ortodoxia *comtiana*. Diz-se homem de governo e de ação que busca na filosofia positiva regras de conduta. Mas que procura nunca perder o “critério seguro da relatividade que se traduz, na prática, na política do oportunismo toda vez que teve de influir para a adoção de novas leis e para as reformas das instituições políticas.”²⁰

Defende o voto que considerava o melhor processo para a instituição dos governos, e afirma que seria um erro a tentativa de se colocar em prática, em um povo que se sente na “manhã da vida democrática”, o conjunto e medidas que a “ortodoxia positivista preconiza como panacéia infalível para os grandes males que nos afligem.”²¹

Procura ainda defender-se das críticas ao seu ateísmo e à sua suposta intolerância religiosa. Neste caso, seu discurso ganha cores de acusação política:

“Era em nome da fé cristã, que um sacerdote prenunciava, com o meu governo, graves calamidades para a minha terra, sendo eu um desamparado da Providência Divina, um incrédulo, um ateu. Esse gesto, que mais atendia a um grupo político do que a causa da religião, (...) chegou aos ouvidos do governo federal, onde nessa época preponderava a influência do barão de Lucena. (...).

Eu tinha sido aqui no Pará um franco atirador sempre contra os representantes e defensores da velha doutrina teológica que em nome da Constituição e das leis monárquicas tingiam-nos, às consciências amordaçadas, impondo-nos à viva força, uma religião desacreditada pela ciência, toda desfeita pelos golpes da crítica metafísica e espontaneamente desarticulada.

Feita a separação Estado/Igreja tinham naturalmente que cessar as pelejas. A tolerância me aconselhava. Todas as religiões em pé de igualdade diante da Lei da República(...)”.²²

¹⁹. *idem. ibidem.* p.XII.

²⁰. *idem. ibidem.* p. XII-XIII.

²¹. *idem. ibidem.* p. XIX.

²². *idem. ibidem.* p.XIII-XIV.

Assinala que não quer ser visto como inimigo da Igreja Católica e reafirma o amparo da justiça à religião. Segue as idéias do teórico positivista Laffite a respeito da tolerância religiosa:

“A liberdade de consciência, enunciou Pierre Laffite, quer dizer que as concepções teológicas, absolutamente livres, são de uma ordem puramente privada e pessoal e que a harmonia social não poder realizar-se senão sobre noções positivas. Deus deixou de ser matéria de ordem pública; não é mais dora em diante senão assunto de ordem privada.”²³

O autor termina sua exposição fazendo uma defesa enfática da República. Para ele, a República era a “única forma de governo que dá a cada cidadão a consciência de seu valor moral, ensinando-lhe a ver na lei a única soberania.”²⁴

Nestes poucos estratos já se pode verificar alguns elementos fundamentais das formulações de Sodré. O autor mostra-se um *positivista aberto ao jogo político*. Procura equilibrar-se entre a defesa da doutrina de Comte e o nítido predomínio do liberalismo nas instituições republicanas brasileiras.²⁵ Defende o sufrágio e a tolerância política e religiosa. Seu “senso de oportunidade” provavelmente foi a senha para a sua permanência como força política importante naquele quadro político instável da segunda metade do governo Prudente de Moraes. Não abandona, no entanto, a defesa radical do republicanismo e consegue, dessa forma, manter-se como expressiva liderança de grupos civis e militares antimonarquistas e egressos do florianismo. Foi provavelmente em razão desse *handicap* que conseguiu penetrar no campo político carioca. É o que também faremos a partir de agora.

1.3. República carioca

²³. *idem. ibidem*, p. XVIII.

²⁴. *idem. ibidem*, p. XXVIII.

²⁵. Ver BASTOS, Aurélio Wander. “O Poder e as Leis: A dominação eleitoral na Primeira República”. LIMA JR., Olavo Brasil de (org.). *O balanço do poder: formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1990, p. 39. Bastos afirma que o “positivismo teórico não conseguiu influenciar a legislação constitucional e eleitoral da República: foi o pensamento liberal que se prestou à *intelligentia* da nova ordem e ofereceu os recursos necessários e imprescindíveis senão à organização do novo Estado, ao menos à recuperação civil do Estado imperial decadente”.

Em meus estudos sobre a política carioca na Primeira República, pude constatar que tem predominado na historiografia a tese de que as estruturas formais na cidade do Rio de Janeiro não possuíam qualquer legitimidade; no antigo Distrito Federal predominavam as práticas políticas informais, o *tribofe*. Ao meu ver, esta concepção está profundamente relacionada a uma vertente interpretativa que tende a valorizar a nacionalização da política carioca que, em última instância, impediria a cidade de organizar-se como sujeito político; a política carioca, assim, confundir-se-ia com a história do poder central.²⁶

Em alguns trabalhos anteriores, já procurei desenvolver comentários críticos sobre esta vertente²⁷ que, sem sombra de dúvida, tem produzido importantes estudos sobre a história social da cidade.²⁸ Em linhas gerais, tenho afirmado que esta tese, que realça os aspectos informais da cultura política carioca, não tem procurado levar em conta a existência de *uma outra cidade*. Aquela que possuía o maior parque industrial brasileiro até meados da década de 1910; aquela com um empresariado atuante e de expressão; e ainda aquela onde setores do operariado procuravam se expressar pela via institucional; enfim, onde se constituía também uma outra ética política que se sobrepunha à *ética da malandragem*.²⁹ Assim, a nosso ver, mostram-se necessários

²⁶. O principal autor que destaca o predomínio das práticas informais na Primeira República na cidade é José Murilo de Carvalho, especialmente em sua obra *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987. Ver ainda nesta mesma vertente VENEU, Marcos G. "Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895." *Dados*, vol. 30, nº1, 1987, p.45-72. Uma visão de conjunto sobre a recente produção científica sobre o Rio de Janeiro pode se vista em VALLADARES, Licia & SANT'ANNA, Maria Josefina. *O Rio de Janeiro em Teses: catálogo bibliográfico (1960-1990)*. Rio de Janeiro, UERJ, 1992.

²⁷. FREIRE, Américo O.G. Para além do tribofe. *Anais do V Encontro Regional da ANPUH-RJ*, 1992. FREIRE, Américo O.G. "Entre o federal e o local: partidos políticos cariocas na Primeira República - estudos preliminares." Texto apresentado no XVII Simpósio Nacional de História, São Paulo, 1993.

²⁸. Refiro-me, além das obras já citadas de Carvalho e Veneu, ao livro de SILVA, Eduardo. *Queixas do Povo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

²⁹. Sobre a importância da economia e do empresariado carioca, ver LEOPOLDI, Maria Antonieta P. "Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914." *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, [3], 1986. Sobre a emergência de uma ética do trabalho, ver GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988; e sobre a coexistência das éticas formal e informal, ver FERREIRA, Marieta de Moraes & GOMES, Angela Maria Castro. "Industrialização e Classe Trabalhadora do Brasil: novas perspectivas de análise." *BIB*, Rio de Janeiro, 24, 1987, p. 11-40.

novos estudos empíricos com vistas a rediscutir essas concepções sobre a política na cidade.³⁰

Mais especificamente, tenho proposto um mergulho mais profundo no político formal carioca. De forma alguma, descarto o significado da nacionalização da política na antiga capital federal. O que tenho buscado em meus estudos é entender o nacional e o local em uma relação dialética que tendeu a se modificar ao longo das décadas republicanas.³¹ Por esse motivo, torna-se fundamental dirigir o foco de análise para um ator até então marginalizado nas análises historiográficas: as elites políticas cariocas.³²

Feitas estas observações preliminares, tratemos de apresentar alguns traços fundamentais da *República carioca*.³³

Um aspecto que deve logo ser ressaltado é o caráter limitado do raio de ação das elites políticas cariocas pois, como sede do governo federal, a cidade não possuía o direito de eleger seu prefeito que era nomeado diretamente pelo presidente da República. Além disso, os vetos do prefeito não eram examinados pelo Conselho Municipal e sim pelo Senado Federal. Isto fazia com que atores de diferentes níveis de poder estivessem sempre presentes no campo político carioca.

Na maior parte das vezes, os presidentes da República trataram de nomear prefeitos que não faziam parte integrante dos grupos políticos cariocas. A partir da experiência bem sucedida da gestão do engenheiro Pereira Passos (1902-1906), tornou-se freqüente a escolha de engenheiros para o cargo. Alguns militares também

³⁰ FREIRE, Américo O.G. "Entre o federal e o local...", *op. cit.* p.5-6.

³¹ Ver um exemplo significativo deste tipo de abordagem em FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República*. Niterói. IFCH/UFF. 1991 (Tese de Doutorado) p.182-186. Neste estudo, a autora examina as relações entre governo federal, a cidade do Rio de Janeiro e o estado do Rio de Janeiro.

³² FREIRE, Américo O.G. "Entre o federal e o local...", *op. cit.* p.6.

³³ Estamos aqui nos referindo ao conjunto de agentes que lutam pelo controle da representação política da capital (políticos, jornalistas, militares e outros) e ao conjunto de formulações que legitimam a ação desses agentes. Esta abordagem está baseada na noção de campo político desenvolvida por Pierre Bordieu expressa no texto "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político." *op. cit.* p. 162-207.

seriam escolhidos, particularmente durante o mandato de Hermes da Fonseca (1910-1914). Em geral, o poder executivo federal reconhecia a cidade apenas como um espaço que deveria ser administrado e controlado. Assim, nada melhor do que técnicos e militares para assegurar a ordem.³⁴

Sem maior acesso à prefeitura, as elites políticas cariocas se encarregaram de ocupar áreas políticas estratégicas e o Senado era uma delas. A senatoria era o principal cargo eletivo da capital e tornou-se condição necessária para a chefia política na cidade. Não por acaso, todos os principais chefes políticos cariocas na Primeira República foram senadores. Era naquela casa que os senadores cariocas constituíam os principais vínculos de natureza política capazes de fazer frente às estratégias de intervenção promovidas pelo executivo federal na capital.

Sem me ater às diversas tendências do movimento operário na cidade, pode-se afirmar que o campo político carioca dividia-se entre três correntes políticas.

Havia os monarquistas que se dividiam entre participar ou não da vida política republicana. Entre aqueles que resolveram se manter na atividade parlamentar no novo regime, estavam o Barão de Ladário (eleito deputado constituinte) e Andrade Figueira (ex-deputado durante a época monarquista e sucessivo candidato ao Senado pela capital). Havia ainda os que pregavam a abstenção eleitoral e permaneceram na conspiração, atuando especialmente na imprensa. Segundo Maria de Lourdes Janotti, eram os “guerrilheiros da palavra.” Entre outros, destacavam-se Carlos de Laet, Afonso Celso e Eduardo Prado.³⁵

Ao longo da década de 1890, os monarquistas sofreriam sérios revezes, seja pela atuação dos florianistas e jacobinos, seja pelo agravamento da crise política que

³⁴. Sobre o papel dos prefeitos na política carioca no início da República, ver BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O Conselho de Intendência Municipal: Autonomia e Instabilidade (1889-1892)*. Rio de Janeiro. CEH/FCRB, 1984 e WEID, Elizabeth von der. *O Prefeito como intermediário entre o poder federal e o poder municipal na capital da República*. Rio de Janeiro. CEH/FCRB, 1984. Ver também o importante estudo de NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. *Acêrca da Organização Municipal e dos Prefeitos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro. O GLOBO, 1945. Ver ainda o recente estudo de MOREIRA, Maria Beatriz de Araújo. *As elites políticas da Primeira República*. Rio de Janeiro. UFRJ, 1992 (Monografia).

³⁵. Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo. Brasiliense, 1986. p. 85-160.

resultou na tentativa de assassinato do presidente Prudente de Moraes em 1897. Naquele ano, segundo a mesma Janotti, o movimento sofreu um golpe profundo que desestruturaria seus quadros. “Não existia mais a combativa imprensa monarquista carioca. Somente em maio de 1900 aparece *A Restauração*, dirigida por Jacinto Alcides e, em 1901, o *Correio da Manhã*, de propriedade de Edmundo Bittencourt, folha de oposição a Campos Sales, que acolheria em suas páginas os artigos de propaganda de Afonso Celso e Carlos de Laet.”³⁶

Andrade Figueira, no entanto, permaneceu em seu intento de tornar-se parlamentar e, em 1903, concorreu novamente ao Senado pela capital federal. Inicialmente alguns dos principais articulistas do *Correio da Manhã* tenderam a apoiar o seu nome; mas, com o lançamento da candidatura Sodré, o jornal colocou-se de corpo e alma na eleição do ex-presidente do Pará e líder florianista.

A corrente monarquista ainda se envolveria, mesmo que fragmentada, nas articulações políticas que resultaram na eclosão da Revolta da Vacina.

Outra corrente política existente na vida política carioca era a “democrata”. Organizava-se no Partido Democrata Federalista que concorreu a várias eleições durante a década de 1890. Suas principais lideranças eram o ex-líder do partido Liberal na cidade Adolfo Bezerra de Menezes (candidato derrotado ao Senado nas eleições de 1896), o militar Heredia de Sá e o jornalista e militante abolicionista José do Patrocínio, que das páginas do seu jornal, *Cidade do Rio*, ditava a linha política desta corrente de perfil liberal, antiflorianista e antijacobina.³⁷ Os “democratas” não obtiveram grande sucesso nas eleições e tenderam a se esgotar politicamente no final da década. O termo “democratas” seria utilizado mais tarde por outras agremiações políticas liberais na história da cidade nas primeiras décadas do século XX.

A corrente republicana na cidade se estruturaria principalmente em torno do Partido Republicano Federalista (PRF), organizado no plano nacional por Francisco

³⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *op. cit.* p. 162.

³⁷ Sobre José do Patrocínio e seu jornal *Cidade do Rio*, ver ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Edição Comemorativa do Centenário de José do Patrocínio. 1953. Ver ainda JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *op. cit.*

Glicério. Tomas Delfino, deputado e mais tarde eleito por duas vezes senador, tornou-se o chefe desta corrente que se dividia entre gliceristas (como o próprio Delfino), jacobinos (como Alcindo Guanabara e Irineu Machado, ambos envolvidos na conspiração de 1897 contra Prudente) e finalmente uma tendência de base rural, conhecida na imprensa como *triângulo*, que se tornaria em pouco tempo o *centro de gravidade* da vida política na cidade. Entre as mais importantes lideranças do *triângulo* destacou-se o chefe político de Campo Grande, Augusto de Vasconcelos, eleito sucessivamente intendente, deputado federal e senador.

O governo federal atuava na vida política-partidária carioca fundamentalmente por meio do PRF. Influía na formação das chapas eleitorais e garantia respaldo político ao partido que, desde a sua criação, em 1894, tornou-se hegemônico na cidade.

A crise político-institucional de 1897 trouxe importantes alterações na ordenação política da capital federal. A derrota política de Glicério, o atentado ao presidente Prudente de Moraes, o declínio do jacobinismo e finalmente a vitória de Campos Sales, tenderam a enfraquecer a liderança de Tomas Delfino e conseqüentemente do PRF na vida política da cidade.

Logo após a sua posse, no final de 1898, Sales promoveu uma profunda intervenção na política carioca que resultou, entre outras coisas, no esfacelamento do PRF. Para tal, interveio direta e pessoalmente no reconhecimento de Barata Ribeiro para o Senado, em lugar de Xavier da Silveira (apoiado pelo PRF), além de cooptar duas das mais importantes lideranças políticas daquele partido: o ex-jacobino Irineu Machado e o prócer do *triângulo* Augusto de Vasconcelos. Dessa forma, Sales não apenas enfraquecia a liderança de Delfino na chefia política da cidade, como também promovia uma importante cisão no até então "*inexpugnável triângulo*".³⁸

A partir daí, com o esfacelamento do PRF e de uma de suas principais bases de sustentação, a política carioca viveria um momento de intensa fragmentação. As próximas disputas eleitorais se dariam principalmente entre os remanescentes do

³⁸ . Uma visão mais abrangente da intervenção de Campos Sales na política carioca por ser vista em FREIRE. Américo O.G. "Campos Sales e a República Carioca". *LOCUS: revista de História*. Juiz de Fora. Núcleo de História Regional. 1996. p. 9-20.

grupo de Tomas Delfino, o novo núcleo político de inspiração oficial capitaneado por Barata Ribeiro e ainda os antigos prudentistas, anteriormente organizados no Partido Republicano. Mais tarde, Sales ainda abalaria a política carioca nomeando um ex-membro do PRF, Xavier da Silveira, para a prefeitura do Distrito Federal. A medida, muito provavelmente serviu de senha para selar o afastamento agora entre o governo federal e o grupo de Barata Ribeiro. Como se percebe, em nenhum momento Sales buscou se apoiar em um partido, ou mesmo em uma única liderança, no campo política carioca. Em linhas gerais, sua estratégia consistiu em promover a diluição partidária por meio da cooptação política e das constantes críticas à “politicagem” na capital federal.³⁹

Outro acontecimento importante na vida política da cidade ocorrido durante a gestão de Sales foi o lançamento do *Correio da Manhã* (1901). Em pouco tempo, esta folha oposicionista (tanto no plano federal como no plano local) polarizaria as atenções políticas e passaria a representar um importante centro aglutinador de tendências oposicionistas diversas.

Foi, portanto, neste quadro de intensa movimentação política que ocorreram as eleições para o Congresso Nacional de 1903.

2. Lauro Sodré na República carioca

2.1. Campanha e vitória

A despeito da estratégia de cooptação empreendida por Campos Sales, no sentido de atrair algumas das mais importantes lideranças políticas da capital para junto do seu governo, o presidente, pela sua dura postura financeira que deixou à mingua a

³⁹ . *idem*.

prefeitura do Distrito Federal, terminou por arrumar muito mais inimigos do que aliados.

Em 1902, seu ex-afilhado Barata Ribeiro já se colocava como um ardoroso crítico da sua administração e do prefeito Xavier da Silveira. Em variados discursos no Senado, Ribeiro denunciava a intervenção do poder federal na vida política da cidade.

A eleição de Rodrigues Alves, em março daquele mesmo ano, não modificaria substancialmente este quadro.

No início de 1903, a campanha eleitoral para a renovação do Congresso chegava aos jornais. No primeiro dia do ano, o *Correio da Manhã* reafirmava a sua conduta independente, e apresentava suas grandes referências políticas. O jornal vangloriava-se de sua luta pelas “virtudes cívicas” e por sua campanha pela “reconstrução moral do país”; assinalava que não se encontrava na “intimidade ou nas graças do governo” e que o único estímulo que o fortalecia vinha “da alma popular”. Ao lado do editorial eram expostos grandes desenhos das figuras de Edmundo Bittencourt (diretor), Manuel Vitorino (em destaque, no centro da primeira página), Artur Azevedo, entre outros. Nas páginas seguintes eram ainda apresentadas as figuras do Barão do Rio Branco, dos ministros militares e do dissidente paulista Cincinato Braga e de Lauro Sodré.⁴⁰

Naquele mesma edição, o jornal denunciava as manobras de Augusto Montenegro, presidente do Pará, que tinham por objetivo retirar as tropas federais do estado e inviabilizar a candidatura ao senado de Lauro Sodré. Montenegro era chamado por “Gil Vidal” (pseudônimo de Leão Velloso, o mais importante redator do jornal) de interventor de Campos Sales no estado.

A partir daí, o *Correio da Manhã* passaria a intensificar sua campanha de denúncias sobre a situação política pararense. Núcleo arregimentor de setores políticos dissidentes (republicanos e monarquistas), o jornal se manteve na oposição durante os governos de Campos Sales e Rodrigues Alves. Questionava a interferência

⁴⁰ *Correio da Manhã*, 01/01/1903.

do governo federal na política dos estados, combatia as fraudes eleitorais e defendia o direito de participação dos grupos minoritários nas eleições. Em relação à política carioca, mostrava-se também bastante crítico. Denunciava os atos de violência e a manipulação eleitoral. Em artigo publicado em 15 de janeiro daquele mesmo ano, o articulista “Ivo do Val” (possivelmente o próprio Edmundo Bittencourt), assinalava:

“Oposição é coisa que não existe e essa coisa que se ainda se chama impropriamente de eleição é uma mentira convencional. (...)”

No Distrito Federal a pândega vai ser das grossas. Só para 3 lugares da 1ª circunscrição há 19 candidatos.

Aqui pelo menos não há mandões que impinjam chapas inteiriças que ninguém consegue alterar nem a mão de Deus padre. Aqui cada qual faz por si e a pena *Mallar* por todos sem desfazer do cacete e da navalha que têm grande importância nas eleições (...).⁴¹

Como se percebe pelas palavras de Bittencourt, o quadro político carioca encontrava-se bastante cindido naquelas eleições de 1903. Apenas um grupo conseguiu apresentar-se como força política estruturada: o Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), liderado por Barata Ribeiro, Vasconcelos e Machado. A composição da chapa para deputados federais incluía políticos de vertentes diversas, entre eles Heredia de Sá (ex-PDF), Irineu Machado (ex-jacobino) e antigos componentes do *triângulo*, como Augusto de Vasconcelos e Sá Freire. Para o Senado, o grupo apoiava a reeleição do antigo propagandista republicano Lopes Trovão.⁴²

Os remanescentes do antigo PRF, ainda liderados por Tomas Delfino, apoiaram mais uma vez o nome de Xavier da Silveira para o Senado, enquanto que alguns setores monarquistas lançaram, para o mesmo cargo, o nome de Andrade Figueira.

No final daquele mês de janeiro a campanha política para o Senado ganharia novos contornos. O retorno de Sodré à capital, no dia 27 de janeiro, animou a mocidade militar. Afastado da disputa pela senatoria paraense, Sodré declara que não pretendia recuar vendo a “República desvirtuada e vilipendiada” e reafirma sua vinculação à mocidade militar quando assinala que preferia “ficar com os moços, com

⁴¹. *Correio da Manhã*, 15/01/1903, p. 1.

⁴². Ver Manifesto de lançamento do PRDF em *Gazeta de Notícias*, 16/02/1903, p. 3.

um pequeno grupo (...) fiel e intransigente aos princípios da democracia que sonha para a sua Pátria.”⁴³

Dois dias depois, o redator “Gil Vidal”, do *Correio da Manhã*, defenderia a candidatura do monarquista Andrade Figueira. Para o redator, Figueira seria eleito não porque o eleitorado era antirepublicano mas porque estava “forte o sentimento de reação contra a imoralidade do governo e exploração desonesta dos cargos públicos.” Vidal assinalava, ainda, as virtudes do candidato que havia sido um deputado atuante na defesa do contribuinte durante o período imperial. Finalmente, acentuava que Figueira não havia aderido ao regime e que a República deveria ser tolerante com o “nobre monarquista.”⁴⁴

A defesa do monarquista Andrade Figueira pelo mais importante redator do *Correio da Manhã* certamente se relacionava às articulações do jornal com importantes lideranças monarquistas como Afonso Celso e Carlos de Laet que, como já assinalamos, permaneceram na conspiração contra a ordem republicana. A eleição de Figueira na capital do país, poderia representar o fortalecimento do grupo e desgastar ainda mais o governo federal.

Logo as divisões no “arraial oposicionista” congregado no *Correio da Manhã* se fariam presentes. Oito dias antes do pleito de 18 de fevereiro, o diretor do jornal, Edmundo Bittencourt, definiu o posicionamento do *Correio da Manhã* nas eleições em importante editorial denominado “A hora do civismo.” Nele, o autor reafirma a linha política oposicionista e republicana do jornal. Ataca o governo Campos Sales e assinala seu distanciamento em relação a Rodrigues Alves, apesar de destacar o caráter e inteligência do presidente. Desfere ainda fortes críticas a Pinheiro Machado (“gaúcho boçal e sanguinário”). Conclui o artigo lançando Lauro Sodré para a senatoria carioca. Seria a disputa do “venerando republicano contra o venerando monarquista.”⁴⁵

Dois dias depois, Bittencourt voltaria à carga em novo editorial intitulado “Dever republicano”. No artigo, o autor descreve com tintas fortes a política carioca.

⁴³. *Correio da Manhã*, 27/1/1903, p.2.

⁴⁴. *idem*, 29/01/1903, p.1.

⁴⁵. *idem*, 10/02/1903, p.1.

Era dever republicano lutar “contra os profissionais da politicagem (...) os Serzedelos, os Seabras, os Delfinos e os Irineus, em suma essa vil *caterva* desprezível que só teve aplausos e bajoulos.” A partir daí, passa a criticar os candidatos ao Senado apresentados pelos diversos grupos: “O sr. Tomas Delfino apresenta o sr. Xavier da Silveira, o ex-prefeito de tão deplorável nomeada; o grupo Irineu Barata recomenda o sr. Lopes Trovão como se o Senado fosse algum arquivo ou museu para guardar múmias e o seu silêncio augusto. E neste meio, aparece a candidatura de Andrade Figueira. Os republicanos devem combater lealmente o candidato monarquista. A Pátria tem um nome imaculado, uma glória cívica: Lauro Sodré. (...)”⁴⁶

O engajamento do *Correio da Manhã* na campanha de Sodré produziu efeitos imediatos. No dia seguinte do editorial de Bittencourt, o *Correio da Manhã* publicava uma carta assinada pela mocidade militar da Praia Vermelha apoiando o “herdeiro de Benjamin Constant e Floriano Peixoto.”⁴⁷ No dia 15 daquele mês, o ex-deputado carioca Sampaio Ferraz desistia da sua candidatura ao Senado em apoio a Sodré.⁴⁸

Um dia antes do pleito, Bittencourt radicalizaria seu discurso. Em novo editorial denominado de “Pela liberdade do voto”, o autor conclama a povo e a mocidade a pensar “na triste humilhação que lhe será o dia de amanhã — se por todos os meios, *mesmo pela violência* (grifo nosso), não fizer respeitar a sua dignidade e o seu civismo ameaçados pelo sindicato da fraude composto pelo srs. J.J.Seabra, Irineu Machado, Barata Ribeiro e Augusto de Vasconcelos.” Para Bittencourt, pela primeira vez o Distrito Federal se “mostra disposto a exercer o seu direito de voto.” Infelizmente, porém, “aquele sindicato do crime (...) se prepara para estrangular, nas emboscadas da fraude, (...) a primeira manifestação do voto livre.” E fecha seu artigo de forma grandiloquente dirigindo-se diretamente à mocidade: “Fazei de vossa coragem e vosso patriotismo a fortaleza secreta da Pátria.”⁴⁹

⁴⁶. *idem*. 12/02/1903. p. 1.

⁴⁷. *idem*. 13/02/1903. p. 1.

⁴⁸. *idem*. 15/02/1903. (sessão livre).

⁴⁹. *idem*. 17/02/1903. p. 1.

As cartas estavam lançadas. A derrota de Sodré poderia criar novamente um clima de movimentação militar e sua vitória um significativo revés das forças políticas ligadas ao governo federal.

O resultado do pleito para o Senado surpreendeu. Segundo dados do *Correio da Manhã*, Sodré obteve 3772 votos contra 3203 de Andrade Figueira e 2283 de Lopes Trovão. Já para a Câmara dos Deputados, o PRDF de Barata Ribeiro obteve uma vitória expressiva elegendo 6 dos seus 7 candidatos para um total de 10 deputados.⁵⁰

No dia 21 daquele mesmo mês, em um *meeting* que comemorava sua vitória para o Senado, Sodré discursou e reafirmou suas críticas ao governo e sua defesa fanática da República:

“Fostes vós [o povo] os grandes doutrinadores da fé republicana (...). Creio que agora surge a aurora da liberdade (...). Quero uma República que não lance o povo na miséria, que não tranque as oficinas aos operários, que sirva de abrigo a todos os lares.

Se por acaso recuar, podeis matar-me e se morrer na luta vingame glorificando a República.”⁵¹

Pode-se perceber, tanto na grandiloquência de Bittencourt como na dramacidade do discurso de Sodré, que a sua eleição não era apenas um episódio de natureza local. Ao que tudo indica, fazia parte de uma estratégia maior que poderia significar a criação de uma alternativa real de poder sob a liderança do novo senador pelo Distrito Federal. Recompunha-se, ou melhor, ganhava agora nova visibilidade, uma articulação política que envolvia forças políticas civis e setores militares.

O processo de reconhecimento de Sodré foi aprovado com tranquilidade pelo plenário do Senado. Em longos discursos, Barata Ribeiro tentou convencer os senadores da inconsistência da candidatura Sodré. Alegava que o político paraense era “estranho ao Distrito Federal” e que na capital do país “as candidaturas não se fazem por acaso; antes apresentam um conjunto de circunstâncias que lhe asseguram a vitória

⁵⁰ *idem*, 20/02/1903, p.3.

⁵¹ *idem*, 21/02/1903, p.2.

e garantem o triunfo.” Ribeiro não especifica estas circunstâncias mas possivelmente refere-se às alianças políticas com os chefes locais. Procurava ainda desvincular a candidatura Sodré da mocidade militar afirmando que “eles [a mocidade] vivem à parte dos partidos políticos dos quais não exercem influência ou preponderância.”⁵²

A mesma posição não teve Tomas Delfino, que defendeu a legitimidade da candidatura e da eleição de Sodré. Para ele, na capital, “sempre, em eleições gerais, será possível a vitória de um candidato sobre os partidos, sobretudo em certas circunstâncias, se for um nome verdadeiramente nacional. Era como se explica a votação espontânea de Lauro Sodré.”⁵³

Em geral, uma das fontes políticas mais preciosas para se perceber o jogo político no Congresso na Primeira República são os discursos proferidos durante o processo de reconhecimento de um determinado candidato. Nesse momento, a *retórica* parlamentar ganha outra dimensão e parte-se para uma linguagem mais direta, mais afirmativa. O *ritual* parlamentar ganha maior dramaticidade na medida que se joga com o futuro de protagonistas e/ou facções políticas; ali definem-se as posições de liderança e o poder de intervenção do Executivo.⁵⁴ No caso específico do reconhecimento de Sodré, o jogo político não se mostrou tão aberto.

Barata Ribeiro cumpriu seu papel de chefe político do PRDF ao defender o não reconhecimento de Sodré e a posse do candidato de seu partido Lopes Trovão. Porém, em sua argumentação, em nenhum momento, se dispôs a examinar as razões que poderiam explicar a dupla vitória de Sodré — nas eleições e na Comissão de Constituição Poderes e Diplomacia. Embora tenha defendido Sodré, Tomas Delfino também não produziu nenhuma análise mais consistente sobre o acontecimento, referindo-se apenas aos votos de natureza espontânea que o candidato havia recebido.

Em seus discursos, ambos os senadores procuraram desvincular o candidato da mocidade civil e militar para, dessa forma, não o reconhecerem como força política

⁵². *Anais do Senado Federal*, 30/06/1903.

⁵³. *Anais do Senado Federal*, 02/07/1903.

⁵⁴. Os termos *retórica* e *ritual* político aqui utilizados tem por referência a obra de BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília, UnB, 1982

própria no Distrito Federal. Dai a ênfase na questão da “espontaneidade” de seus votos. Porém, de qualquer maneira, nenhum dos dois experimentados políticos cariocas tocou na questão da participação ou da influência do governo federal nas eleições. Inegavelmente, houve uma distância muito grande entre os poucos resultados obtidos pelo candidato ao senado pelo PRDF e os candidatos do mesmo partido à Câmara Federal. Como isso ocorreu? Como os mesmos eleitores que votaram em peso (dentro das limitações da época) em candidatos de perfil tradicional, apoiaram também o oposicionista Sodré?

Vários elementos, é claro, devem ser levados em conta. A influência do *Correio da Manhã* foi notória, assim como a capacidade de arregimentação da mocidade civil e militar para a eleição de Sodré. Por outro lado, pode-se inferir também que tanto forças ligadas ao governo federal, como grupos políticos locais, podem ter agido no sentido de “descarregar” seus votos em Sodré por motivos diferentes mas não incongruentes, ou seja: como forma de impedir a vitória do monarquista Andrade Figueira (que, por sinal, obteve um número apreciável de votos), ou ainda para não alimentar qualquer problema militar resultante da derrota de Sodré.⁵⁵

No dia 2 de julho, aprovado o seu reconhecimento, Sodré pôde tomar posse como senador pelo Distrito Federal. Pouco mais de um ano depois lideraria o maior movimento urbano de contestação ao governo federal ocorrido até então.

2.2. Senador carioca

⁵⁵. O governo federal acompanhava com atenção a situação política desde a reabertura do Clube Militar em 1901. No ano seguinte, ocorreu um levante monarquista em São Paulo e, segundo Lourdes Janotti, Sodré era visto pelos rebeldes como aliado e importante liderança que “poderia reavivar antigas bandeiras.” Segundo a mesma autora, Sodré não conseguiu, no entanto, articular seus aliados jacobinos e militares e a rebelião acabou circunscrita àquele estado. Apesar da derrota, o clima conspiratório permaneceria nos anos seguintes até a eclosão da Revolta da Vacina, em 1904. Sobre o levante em São Paulo e a situação política posterior, ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *op. cit.* p.220-257.

No segundo semestre de 1903, algumas questões movimentavam o campo político carioca. As eleições federais para o 2º distrito haviam sido anuladas e discutia-se a reorganização política do Distrito Federal. Os dois principais grupos políticos do Distrito Federal, liderados respectivamente pelos senadores Barata Ribeiro e Tomas Delfino, participavam ativamente das discussões desses temas que colocavam em jogo o controle político da capital.

Desde a administração Campos Sales, o governo federal iniciara um vigoroso processo de enquadramento político da capital. Em linhas gerais, este enquadramento passou pela diminuição das atribuições do Conselho Municipal e pelo fortalecimento do poder do Prefeito.⁵⁶ Na gestão de Rodrigues Alves, esta orientação foi bastante aprofundada principalmente em razão do estilo do novo prefeito, o engenheiro Pereira Passos, que exigiu “carta branca” para administrar a cidade, o que na prática significou o fechamento por seis meses do legislativo municipal.⁵⁷

Durante a administração Rodrigues Alves, o grupo liderado por Barata Ribeiro manteve-se no campo oposicionista tanto no plano federal como no local. Ribeiro era um parlamentar bastante atuante e denunciava sistematicamente as articulações empreendidas pelo Ministro do Interior, J.J.Seabra, com o intuito de ocupar o espaço político carioca, e, ainda, os freqüentes abusos de poder do prefeito Pereira Passos. Já o grupo liderado por Tomas Delfino, adotava uma postura mais moderada, apoiando quase sempre as proposições presidenciais. Este fato, no entanto, não o impediu de continuar a lutar pela plena autonomia da cidade.⁵⁸

Anuladas em maio daquele ano de 1903, as eleições para o 2º distrito da capital finalmente se realizaram em setembro, confirmando o predomínio do PRDF. As

⁵⁶. Ver, por exemplo, decreto legislativo nº 543, de 23 de dezembro de 1898, que, entre outras coisas, passou do Conselho Municipal para a prefeitura a iniciativa de despesa, bem como a criação de novos empregos municipais. Ver, também, a lei nº 939, de 29 de dezembro de 1902, que reduziu de três para dois o mandato dos intendentos municipais.

⁵⁷. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro e no início do século XX*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. 1992. p.268-269. (Coleção Biblioteca Carioca).

⁵⁸. Ver as diferentes posições de Ribeiro e Delfino frente ao governo federal em *Anais do Senado Federal*. 08/08/1903.

anunciadas mudanças na Lei Orgânica chegaram a seu termo em novembro e, mais uma vez, reforçaram o poder da prefeitura frente ao legislativo municipal, que, no entanto, continuava a ser responsável pela elaboração e aprovação do orçamento municipal.⁵⁹ Em geral, prefeitura e Conselho Municipal não se entenderam durante a maior parte da gestão de Pereira Passos à frente do executivo municipal (1902-1906).

A questão da reordenação política do Distrito Federal dominou ainda por muito tempo as atenções dos principais grupos políticos cariocas. Em março de 1904, pelo decreto 5160, foi aprovada a consolidação das leis federais sobre a organização municipal do Distrito Federal. O interesse no tema, tanto do governo federal como dos políticos cariocas não era por acaso. Além do controle político, já levantada anteriormente, também estava em jogo a delicada questão da delimitação dos impostos e das atribuições entre os dois níveis de poder.

Em 1906, o deputado carioca Sá Freire, ligado a Barata Ribeiro e Augusto de Vasconcelos, animado pela vitória do *Bloco* no pleito presidencial que elegeu Afonso Pena, apresentou um novo projeto de mudanças para a organização política do Distrito Federal. Freire propôs a eleição direta para o cargo de prefeito e o fortalecimento das atribuições dos intendentes municipais. Além disso, sugeriu a ampliação do número de intendentes de 10 para 21 membros. Em suas proposições, Freire reunia antigas reivindicações dos principais grupos republicanos locais.

O *Correio da Manhã* — que há muito tempo combatia a autonomia municipal do Distrito Federal —, publicou vários artigos denunciando os interesses contidos no projeto. Em um deles, intitulado “O polvo”, o jornal chega a afirmar que o objetivo de Freire era transformar a atual administração municipal em uma “empreitada de baixa politicagem explorada por uma oligarquia composta dos piores elementos dessa grande

⁵⁹ Ver BENCHIMOL, Jaime Larry. *op. cit.* p. 270-271. Em virtude do desenho político-institucional do Distrito Federal que não sofreu grandes alterações durante toda a Primeira República, os conflitos entre prefeitura e Conselho Municipal tornaram-se um elemento quase que permanente no campo político carioca. Durante os anos de 1906 a 1912, em razão dos vetos da prefeitura, o orçamento municipal foi sucessivamente prorrogado.

cidade. É o reinado do *boss*, do espoleta eleitoral. É o regime em que todos os empregos municipais são postos à venda ao melhor governante.”⁶⁰

Sobre a eleição para prefeito, o jornal denunciava: “O prefeito de uma cidade como o Rio de Janeiro passaria a ser títere nas mãos dos politiqueiros que povoam de Heredia de Sá a Augusto Vasconcelos as bancadas do Distrito Federal. A eleição do chefe do poder executivo não é condição para o reto funcionamento administração municipal no regime republicano”. O artigo cita New York e os problemas decorrentes naquela cidade em razão da eleição popular. E finaliza, bem a seu estilo, com uma ameaça: “Se o *Bloco*, que sustenta esse bloco da politicagem, quiser impor esse monstrengo ao Parlamento, o povo ainda pode contar com o veto do Presidente da República. Porque, caso contrário, o povo do Rio de Janeiro, pode lembrar-se das *Garrafadas* e do *Vintém* (grifo nosso).⁶¹

Em função ou não das pressões do jornal, o fato é que a proposição de Freire não foi aprovada. Sua apresentação naquele momento, porém, expressava de certa forma a nova correlação de forças políticas na cidade resultante principalmente de dois acontecimentos interligados: a ascensão política de Pinheiro Machado, caudilho-mor e principal padrinho da candidatura vitoriosa de Augusto de Vasconcelos nas eleições senatoriais cariocas contra o seu ex-aliado Tomas Delfino. Com a derrota do último, e seu temporário afastamento da vida política, saía de cena uma antiga corrente política carioca que se pautou, quase sempre, por uma maior aproximação com o poder central e pela luta autonomista. A recomposição dos grupos políticos cariocas se expressou ainda na criação de um novo Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF, fundado em 30/08/1906) que aglutinou políticos de diferentes tendências. A chefia política da cidade naquele momento passara para as mãos hábeis de um antigo membro do *triângulo*: Augusto de Vasconcelos.⁶²

⁶⁰. *Correio da Manhã*. 04/08/1906. p. 1

⁶¹. *idem*.

⁶². Sobre a história do PRDF, ver a entrevista de Nicanor Nascimento no jornal *Imparcial* de 25 de fevereiro de 1915. p. 4.

O novo PRDF tornava-se, assim, a nova força política hegemônica na capital federal. Tendo por principal base de sustentação a força política do senador gaúcho Pinheiro Machado, o partido venceria três eleições consecutivas para o Senado, elegendo seus candidatos Sá Freire, em 1909, Alcindo Guanabara, em 1912, e, finalmente Augusto de Vasconcelos (reeleição), no ano de 1915.⁶³

Esboçado o quadro de forças predominantes que compunham o campo político carioca durante os anos de 1903 a 1912, passemos agora a acompanhar a trajetória de Sodré como *senador carioca*.

A atuação de Sodré em seus primeiros seis meses de mandato foi discreta. Entre agosto e dezembro, fez oito pronunciamentos sendo dois sobre problemas de estados do norte do país, três sobre questões militares e três sobre questões diversas. Em nenhum momento, se pronunciou sobre os temas que mobilizavam os parlamentares cariocas naquela conjuntura: adiamento das eleições e reorganização política do Distrito Federal. Por sinal, este foi um comportamento que o acompanhou durante os seus nove anos de mandato. Ao que tudo indica, as questões política de natureza local não estavam no centro de suas preocupações.⁶⁴ Esta atitude, obviamente, o afastava ainda mais dos principais grupos políticos que lutavam pelo poder na cidade do Rio de Janeiro.

Suas articulações políticas envolviam outros interesses. Em 1904, teve uma atividade parlamentar destacada. Fez poucos, mas importantes pronunciamentos. Em setembro, subiu à tribuna do Senado duas vezes para combater o governo federal e defender alterações significativas no sistema político brasileiro. No primeiro dos seus discursos, assinalou suas incertezas quanto ao futuro da República brasileira. Defendeu a revisão constitucional, tema caro aos dissidentes republicanos. Denunciou o que chamava de “regime eleitoral imoralíssimo” e fez duras críticas à legislação que

⁶³. Destas 3 eleições, a que causou maior polêmica foi a de Sá Freire (1909). O candidato Melo Mattos, ligado ao *Jardim de Infância*, obteve, segundo a maior parte da imprensa, um número superior de votos mas acabaria “degolado” no processo de reconhecimento. Sobre o tema, ver artigo publicado no *Correio da Manhã*, de 05/05/1909, denominado “A vitória da fraude”.

⁶⁴. Apesar disso, Emanuel de Almeida Sodré afirma que Lauro Sodré defendia a plena autonomia do Distrito Federal. Ver SODRÉ, Emanuel de Almeida. *op. cit.* p. 101.

assegurava a reeleição dos governadores dos estados. Combateu à “política dos governadores” e aos partidos que haviam se transformado apenas, segundo ele, em “agrupamentos em torno do poder.” Criticou ainda a proposta de retorno do sufrágio censitário defendida pelo governista Glicério, e defendeu ainda uma ampla reforma na legislação eleitoral.⁶⁵

No dia seguinte, continuou seu pronunciamento utilizando uma linguagem ainda mais radical. Em seu discurso, lembrou sua campanha ao Senado pela capital federal e afirmou que sabia qual seria o seu destino: “esperava o castigo.” Defendeu os direitos políticos das minorias no Congresso Nacional e combateu o voto secreto: “segredo é o asilo do crime.” Finalizou seu pronunciamento defendendo o direito à insurreição política: “Destruir para edificar.”⁶⁶

Naquele ano de 1904, a conspiração civil e militar corria solta. A imprensa oposicionista ganharia um importante reforço com a criação de um novo diário na capital: o *Comércio do Brasil*, fundado pelo deputado dissidente Alfredo Varela, com apoio do monarquista Afonso Celso. Segundo Janotti, “o aparecimento do jornal foi resultado prático da aproximação dos monarquistas com setores do Exército, com jacobinos e com a oposição parlamentar.”⁶⁷ As diretrizes do novo jornal, segundo o seu fundador, eram promover a pregação de uma “guerra santa da libertação contra as oligarquias depravadas e canibais [para delinear] os traços da restauração racional da nacionalidade.”⁶⁸ A partir de 1º de maio daquele ano, o *Comércio do Brasil* desencadearia uma forte campanha contra o “domínio das oligarquias e pela intervenção do Exército no sentido de regenerar as instituições.”⁶⁹

Da tribuna do Senado, Sodré vocalizava todas estas insatisfações, ao mesmo tempo em que procurava aglutinar a oposição parlamentar em torno da sua liderança. Na Câmara Federal este trabalho era realizado pelos deputados Alfredo Varela, Barbosa Lima e Bricio Cunha.

⁶⁵. *Anais do Senado Federal*. 01/09/1904.

⁶⁶. *Anais do Senado Federal*. 02/09/1904.

⁶⁷. JANOTTI. Maria de Lourdes Mônaco. *op. cit.* p. 243.

⁶⁸. apud JANOTTI. Maria de Lourdes Mônaco. *op. cit.* p. 254.

⁶⁹. apud JANOTTI. Maria de Lourdes Mônaco. *op. cit.* p.254.

A campanha contra a vacinação obrigatória foi a oportunidade encontrada pelos diversos grupos conspiradores para derrubar o governo. Em famoso pronunciamento no Senado, no dia 9 de novembro, às vésperas da eclosão da Revolta da Vacina, Sodré defende mais uma vez a ruptura da ordem política: “por que ter assombro, por que ter medo das revoluções quando elas são salvadoras? Não faz revolução quem quer. (...) Revoluções são fatos sociais, são fatos naturais.”⁷⁰

Os acontecimentos e a atuação de Sodré na liderança do movimento são bastante conhecidos e já foram vistos exaustivamente pela historiografia.⁷¹ Mais uma vez, a desarticulação e as dissensões do movimento selaram a sua sorte.⁷²

Sodré foi ferido, preso e processado por sedição pelo governo federal. Tomas Delfino, um dos chefes políticos da capital, esteve entre os parlamentares que assinaram o requerimento para a decretação do estado de sítio. À exceção de Lauro Sodré, nenhum outro parlamentar da bancada carioca participou da Revolta. Mesmo Barata Ribeiro, um dos mais aguerridos combatentes da obrigatoriedade da vacinação, não se envolveria no movimento revolucionário. Com o episódio, ficava clara a distância entre o líder rebelde e a orientação imposta pelas principais chefias políticas da capital. Desde a posse, não houve maior aproximação entre aquelas duas forças, e Sodré manteve-se, na verdade, como um *outsider*, como um parlamentar que não se interessava em debater ou decidir sobre os destinos políticos da capital. Esta postura ele manteve durante todo o seu mandato como senador carioca.

Assim, apesar da Revolta da Vacina ter produzido fortes efeitos políticos como o novo fechamento da Escola Militar e o declínio da ameaça monarquista e jacobina, aquele acontecimento muito pouco representou para a reordenação das principais forças políticas cariocas que, em linhas gerais, permaneceram em sua luta pela preservação de seus restritos espaços no cenário político da capital. Um mês após a

⁷⁰. *Anais do Senado federal*. 09/11/1904.

⁷¹. Ver SEVSENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo. Brasiliense. 1984. CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Cia das Letras. 1987. MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Rodrigues Alves. Apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro. José Olympio. 1973. v. I (Coleção Documentos Brasileiros).

⁷². Sobre as divisões no movimento ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *op. cit.* p. 254.

Revolta, em dezembro de 1904, lá estava Barata Ribeiro lutando contra os vetos do prefeito ao orçamento municipal.

Sodré foi anistiado em setembro de 1905. Em novembro, em uma grande manifestação pública, receberia dos seus correligionários uma espada de ouro e, em inflamado discurso “justificou abertamente o 14 de novembro e propôs a fundação do Partido Republicano Nacional. Seria o instrumento dos republicanos puros (...) contra os compromissos e transações de antigos monarquistas.”⁷³ O partido, no entanto, não seguiria adiante e Sodré, segundo Melo Franco, “declinaria progressivamente no meio federal, apesar da longa vida que teve e dos postos que ocupou.”⁷⁴

Até o término de seu mandato pela capital, Sodré atuaria de forma discreta no Parlamento, procurando representar especialmente os interesses de militares e operários.

Apenas em um único episódio retomou a análise dos temas políticos mais gerais. Isto ocorreu quando da eclosão da Revolta da Chibata no Rio de Janeiro, no final de 1910. O governo Hermes da Fonseca requereu ao Senado a decretação do Estado de Sítio na cidade e Sodré, em longa explanação, defendeu uma emenda que preservasse as imunidades parlamentares durante o período de exceção. A proposta foi aprovada pelo Congresso.

Apesar do relativo ostracismo, Sodré em nenhum momento aproximou-se da força política hegemônica no Rio de Janeiro, o PRDF. Pelo contrário, votou sempre contra o reconhecimento de seus parlamentares. Em 1915, mesmo fora do quadro político carioca, fez questão de apoiar a candidatura para o Senado do ex-deputado Sampaio Ferraz contra a reeleição de Augusto de Vasconcelos, a maior liderança do PRDF.

Sem espaço político no campo carioca, voltou-se para tentar recuperar seu prestígio no Pará. Apesar da política paraense continuar nas mãos de seus adversários, conseguiu eleger-se senador pelo seu estado natal nas eleições de 1912.

⁷³ MELO FRANCO, Afonso Arinos. *op. cit.* p. 434.

⁷⁴ *idem*.

Retornaria ainda ao governo daquele estado em 1916, para finalmente ser eleito, mais uma vez, senador paraense até 1930.⁷⁵ Na década de 1920, combateu a ditadura de Artur Bernardes e defendeu a liberdade de imprensa. Mas esta já é outra história...

3. Observações finais

Victor Nunes Leal e muitos outros autores já destacaram a força do oficialismo na Primeira República brasileira.⁷⁶ Fora do pacto oligárquico, muito pouco espaço restava às diferentes forças oposicionistas. Rui Barbosa, por exemplo, aferrou-se ao seu discurso revisionista e se manteve por décadas no Parlamento como “força moral da nação”. Outros, como Barbosa Lima, ex-governador de Pernambuco, permaneceram na vida pública como livre-atiradores, obtendo legenda em diferentes estados de acordo com as circunstâncias. Em sua carreira, foi parlamentar por Pernambuco, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Amazonas. Livre-atirador foi também o parlamentar carioca Irineu Machado que durante algum tempo se dividiu entre a representação política da capital e de Minas Gerais. Lima e Machado eram considerados grande oradores e destemidos oposicionistas; possuíam, no entanto, uma enorme dificuldade de permanecerem fiéis à agremiações partidárias.

Lauro Sodré também fez parte deste *arraial oposicionista* que, de quando em vez, chegava a assustar o regime. Florianista de primeira água, concentrou grande parte dos seus esforços em criar uma alternativa ao bloco político dominante. Na verdade, era este ainda o seu projeto quando candidatou-se ao senado pela capital federal.

⁷⁵ Ver trajetória política de Sodré após 1912 em SODRÉ. Emanuel Almeida. *op. cit.*

⁷⁶ Ver a obra clássica de LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo. Alfa-Omega. 1975; Ver ainda SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. “Processo político-partidário na Primeira República”. MOTTA, Carlos G. (org) *Brasil em Perspectiva*. São Paulo. DIFEL. 1969, p. 163-226.

Por seu turno, os principais grupos políticos cariocas viviam um outro drama: o da conquista de um espaço legítimo de atuação política. Desde a *débâcle* promovida por Campos Sales, encontravam-se divididos e na defensiva. Suas estratégias políticas, em geral, se resumiam (quando muito) em resistir a uma nova intervenção federal no campo político carioca.

Dessa maneira, não é muito difícil de se entender porque não foi possível a menor aproximação entre Lauro Sodré e a elite política carioca. Em suma, era a mesma distância que se dava entre os interessados em destruir aquela ordem política para reconduzir a República às suas “verdadeiras origens” e os que buscavam fundamentalmente instituir a capital federal no quadro político-legal republicano.

Fontes

1. Jornais

- *Cidade do Rio (RJ)* - 1896.
- *Correio da Manhã (RJ)* - 1903, 1906, 1909, 1912.
- *Gazeta de Notícias(RJ)* - 1903.
- *Imparcial (RJ)* - 1915.

2. Documentos oficiais

- *Anais do Senado Federal* - 1903-1912

3. Livros, artigos, monografias e teses

ABRANCHES, Dunshee de. *Como se faziam presidentes*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília, UnB, 1982.

BASTOS, Aurélio Wander. "O Poder e as Leis: A dominação eleitoral na Primeira República." LIMA JR., Olavo Brasil de (org). *O balanço do poder: formas de dominação e representação*, Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1990.

BASTOS, Ana Marta Rodrigues. *O Conselho de Intendência Municipal: Autonomia e Instabilidade (1889-1892)*. Rio de Janeiro, CEH/FCRB, 1984.

BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.(Coleção Biblioteca Carioca).

BORDIEU, Pierre. "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político." BORDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1990, (Coleção Memória e Sociedade).

_____. *As regras da arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. "L' ilusion biographique." *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* (62-63), 69-72, juin 1986.

BURKE, Peter. "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa." BURKE (org.) *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992..

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz de. *Da propaganda à presidência*. Brasília, UnB, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. Benjamin Constant e a "mocidade militar": *um estudo sobre liderança*. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional, 1991. (mimeo)

CHARTIER, Roger. *História Cultural*. Lisboa, Difel, 1990, (Coleção Memória e Sociedade).

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República*. Niterói, IFCH/UFF, 1991 (Tese de Doutorado).

_____. & GOMES, Angela Maria Castro. "Industrialização e Classe Trabalhadora do Brasil: novas perspectivas de análise." *BIB*, Rio de Janeiro, 24, 1987.

_____. "A Reação Republicana e a crise política dos anos 20." *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.6, n.11, 1993, p.9-23.

FREIRE, Américo O.G. "Campos Sales e a República Carioca." *LOCUS: revista de História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/EDUFJF, 1996, p. 9-20.

_____. "Entre o federal e o local: partidos políticos cariocas na Primeira República - estudos preliminares." Texto apresentado no XVII Simpósio Nacional de História, São Paulo, 1993.

_____. Para além do tribofe. *Anais do V Encontro Regional da ANPUH-RJ*, 1992.

_____. "Rastreamento o campo político carioca: áreas rurais e predomínio político." Texto apresentado na VI ANPUH-RJ, setembro de 1994.

GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LACOMBE, Américo J. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. "Crescimento industrial, políticas governamentais e organização da burguesia: o Rio de Janeiro de 1844 a 1914." *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, UFF, (3), 1986.

LEVILLAIN, Phillippe. "Les protagonistes: de la biographie." RÉMOND, René (direction). *Pour une Histoire Politique*. Paris, Éditions du Seuil, 1988, p. 156-159.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Rodrigues Alves. Apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, v. I (Coleção Documentos Brasileiros).

MOREIRA, Maria Beatriz de Araújo. *As elites políticas da Primeira República*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1992 (monografia).

NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. *Acêrca da Organização Municipal e dos Prefeitos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro, O GLOBO, 1945.

ORICO, Osvaldo. *O Tigre da Abolição*. Edição Comemorativa do Centenário de José do Patrocínio, 1953.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. *Os radicais da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. *Pedro Ernesto e a utopia renovadora. O Partido Autonomista do Distrito Federal e os impasses da política carioca: 1933-1937*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1993. (Monografia).

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina. Mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SIMAS, Luis Antônio. *O evangelho segundo os jacobinos. Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994 (Dissertação de Mestrado).

SODRÉ, Emanuel. *Lauro Sodré na História da República*. Ed. do autor, 1970.

SODRÉ, Lauro. *Crenças e opiniões*. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1896.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. "Processo político-partidário na Primeira República".
MOTTA, Carlos G. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, DIFEL, 1969.

VALLADARES, Licia & SANT'ANNA, Maria Josefina. *O Rio de Janeiro em Teses: catálogo bibliográfico (1960-1990)*. Rio de Janeiro, UERJ, 1992.

VENEU, Marcos G. "Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889-1895." *Dados*, vol. 30, nº1, 1987.

WEID, Elizabeth von der. *O Prefeito como intermediário entre o poder federal e o poder municipal na capital da República*. Rio de Janeiro, CEH/FCRB, 1984.

FUNDAÇÃO GETÓLIO VARGAS

CPDOC

TEXTOS CPDOC JÁ PUBLICADOS

01. Mônica Pimenta Velloso. 1987. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista* (2ª ed. - 1990)
02. Dulce Chaves Pandolfi & Mário Grynszpan. 1987. *Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites* (2ª ed. - 1997)
03. Angela Maria de Castro Gomes & Maria Celina S. D'Araújo. 1987. *Gentilismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*.
04. Mônica Pimenta Velloso. 1987. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*.
05. Angela Maria de Castro Gomes & Marieta de Moraes Ferreira. 1988. *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*.
06. Ricardo Benzaquen de Araújo. 1988. *In medio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*.
07. Marieta de Moraes Ferreira. 1988. *Conflito regional e crise política: a reação republicana no Rio de Janeiro*. (2ª ed. - 1990)
08. Maria Celina Soares D'Araújo. 1988. *O PTB de São Paulo: de Vargas a Ivete*.
09. Lucia Lippi Oliveira. 1988. *Caminhos cruzados: trajetória individual e geração*.
10. Hugo Lovisolo. 1989. *A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e idéias atuais*.
11. Vanda Maria Ribeiro Costa. 1989. *A experiência corporativa em São Paulo: proposta de análise*.
12. Mônica Hirst. 1990. *O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)*
13. Regina Luz Moreira. 1990. *Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: ainda uma estratégia a ser definida?*
14. Gerson Moura. 1990. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra*.
15. Angela Maria de Castro Gomes. 1991. *República, trabalho e cidadania*.
16. Maria Celina D'Araújo. 1991. *O Partido Trabalhista Brasileiro e os dilemas dos partidos classistas*.
17. Vanda Maria Ribeiro Costa. 1991. *Origens do corporativismo brasileiro*.
18. Hugo Lovisolo. 1991. *Positivismo na Argentina e no Brasil: influências e interpretações*.
19. Ken Serbin. 1991. *Igreja, Estado e a ajuda financeira pública no Brasil, 1930-1964: estudos de três casos-chaves*.
20. Monique Augras. 1992. *Medalhas e Brasões: a história do Brasil no samba*.
21. André Luis Farias Couto. 1992. *O suplemento literário do Diário de Notícias nos anos 50*.
22. Silvia Pantoja. 1992. *As raízes do pessedismo fluminense* (a política do interventor: 1937-1945).
23. Alexandra de Mello e Silva. *A política externa de JK: a Operação Pan-Americana*.
24. Carlos Eduardo Sarmiento Barbosa. *Vozes da Cidade: Pedro Ernesto, a Câmara Municipal do Distrito Federal e os impasses da política carioca (1935-1937)*.
25. Marly Silva da Motta. *A Estratégia da Ameaça: as relações entre o governo federal e a Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65)*.